

Universidade: seus Desafios neste Final de Século

João Francisco Regis de Moraes*

Desde que as universidades surgiram como instâncias sociais mais elevadas do saber institucionalizado, muito tem acontecido a elas em seu desenvolvimento, modificando-as para melhor ou para pior, no âmbito de um processo de secularização e laicização que remonta — de modo mais explícito — ao Renascimento (séc. XVI). Algo, no entanto, não mudou: durante os séculos de sua existência a universidade vem sendo socialmente vista como o lugar por excelência de qualificação intelectual e também profissional dos cidadãos, bem como de cultivo sofisticado das estruturas fundamentais de conhecimento, passando a ocupar-se, no século XX, das chamadas *pesquisas de ponta*, sobretudo no campo da tecnologia fina.

No presente século, estudos em quantidade têm sido feitos e publicados sobre a instituição universitária, destacando-se, neste movimento de pesquisa, uma profusão de levantamentos estatísticos que nos dão perfis numéricos de quase tudo que diga respeito à realidade em questão. Predominam investigações de caráter analítico, muito voltadas para expressões curiosas como “diagnóstico” ou “avaliação do momento”. Isto, porém, faz lembrar Ernst Cassirer quando, no seu livro *Antropologia Filosófica — Ensaio sobre o Homem*, comenta, já no final do primeiro capítulo (“A crise no conhecimento do homem sobre si mesmo”), que nunca foram reunidos tantos dados so-

bre o homem como agora: dados médicos, psicológicos, sociológicos etc., e talvez nunca se tenha compreendido tão pouco o ser humano (1972: pp.15-46). Isto porque, a uma tal quantidade de dados e informações não corresponde uma visão articuladora (talvez uma “espinha dorsal”) capaz de integrar os informes obtidos numa grande estrutura de entendimento. Eu dizia que o que Cassirer afirma sobre a compreensão do homem lembra o que está acontecendo agora quanto à compreensão da instituição universitária. Desta também temos miríades de informes; mas raros são os estudiosos que têm ensaiado análises que sejam meios para uma síntese integradora.

O presente século tem-se proposto a ajuizar criticamente a realidade universitária, e aí passamos a ver variadas posições de pensamento entrecalhando-se no cenário de uma tal avaliação. Embora tais proposições nos ofereçam um espectro composto de muitos matizes, podemos reduzi-lo às suas cores mais básicas percebendo que, fundamentalmente, o que vemos é a reedição perante a universidade das posturas que o século XX ainda vem assumindo perante, por exemplo, a ciência. Ante esta dá-se um revezamento: num extremo, o deslumbramento acrítico (outrora solidificado pelo cientificismo dos séculos XVIII e XIX), e, noutro ex-

* Professor Livre-Docente, Faculdade de Educação/UNICAMP.

tremo, a iconoclastia pura e simples, num gosto orgiástico pela demolição. Quanto à universidade, encontramos também uma defesa triunfalista de sua realidade e de seu papel (do tipo “templo do saber” ou “celeiro do futuro”), ou uma acusação leviana resultante de sérias distorções ideológicas — inclusive as que revivem o “mito do bom selvagem”, calcando seus golpes sobre o caráter repressivo e não-criativo do atual fazer universitário.

Segundo avalio, as nossas carências a este respeito repousam sobre a falta de duas coisas: primeiro, de senso crítico no sentido mais rico desta expressão (implicando serenidade, capacidade de olhar para a vida e enxergar tudo, sem as distorções advindas de motivações ideológicas, e especialmente o uso de critérios bem plantados no contexto sócio-cultural que nos acolhe); depois, a falta de esforço por uma reflexão de conjunto e, por assim dizer, medular, marcada por uma desconfiança salutar para com as idéias preconcebidas.

No século passado, o Cardeal Newman iniciava seu extraordinário *The Idea of University* queixando-se de se sentir um navegador solitário em águas insólitas, em razão de ser quase inexistente, à época, uma bibliografia para auxílio de quem desejasse pensar a universidade (1946: p.302). Nós não podemos fazer queixa semelhante, pois que há bons autores tratando hoje da questão universitária; entretanto, até podemos queixar-nos de que reflexões que busquem a essencialidade do tema não são muitas nem muito abertas e, o que é humano, às vezes são empobrecidas por esquemas analíticos muito ideológicos.

Aquilo a que me proponho neste ensaio é, tendo inevitavelmente o meu ponto de vista como base, mantê-lo como *minha* perspectiva, mas não

como a *única* perspectiva aceitável; proponho-me a, com auxílio de autores respeitáveis, buscar idéias outras que contribuam com a reflexão atual sobre o tema da universidade.

Universidade e contexto sócio-cultural

Há um ensaio de enorme importância publicado nestes últimos anos nos Estados Unidos pelo Professor Philip G. Altbach com o seguinte título: “The university as center and periphery” (Spitzberg Jr., 1980). Elejo este texto como um bom ponto de partida para os meus propósitos nas reflexões que ora inicio. Altbach lembra que as universidades são partes componentes de sistemas complexos, porque são produtoras e disseminadoras de conhecimento em seus próprios países, além do que, participam, direta ou indiretamente, de um sistema internacional no qual — de forma intencional ou não — interagem com instituições estrangeiras. Assim, para que compreendamos as universidades, necessitamos entender: a) os modos de relacionamento de cada instituição universitária com sua realidade social mais próxima; b) os seus modos de inserção na ordem internacional do conhecimento.

Escreve Philip Altbach:

“No coração deste debate estão as noções de centro e periferia. Um tema subsidiário é o neocolonialismo. A presente equação internacional da educação tem certos centros institucionais e intelectuais, os quais imprimem direção, promovem modelos, produzem pesquisa e, em geral, funcionam como o pináculo do sistema acadêmico. No extremo oposto do espectro estão universida-

des que são periféricas, no sentido de que elas copiam desenvolvimentos estrangeiros, produzem pouco que seja original, e não estão geralmente nas fronteiras do conhecimento. As instituições centrais são orientadas para pesquisa, prestigiadas e orientadas na direção do sistema internacional do conhecimento. Suas bibliotecas tendem a ser amplas e seus laboratórios bem equipados. As instituições centrais têm acesso à maior parte dos fundos de pesquisa, produzem maior número de graus doutorais e são reconhecidas como líderes. Num sentido, as universidades centrais são as produtoras, não obstante também tenham uma importante função docente. As instituições periféricas, as quais se constituem em grande maioria, são basicamente distribuidoras do saber. Elas são dependentes das instituições centrais para inovação e para orientação. Suas condições são, geralmente, pouco adequadas, e os professores são mal compensados e pouco prestigiados" (1980: p.43).

A citação que acabamos de ler, traz em si como que a síntese dos motivos principais do mencionado autor, sendo, para este escrito, indispensável a presença das palavras de Altbach.

Esta coisa, porém, de centro e de periferia não estabelece apenas uma relação entre países. No interior de cada país, aí também se definem universidades "centrais" e "periféricas". Em termos de países tomados em comparação, é fácil vermos que universidades como a de Paris, de Berlim, de Harvard, de Oxford, de Louvain e outras, como que dão o tom do que deve ser reeditado em países dependentes. Mas mesmo nestes países avançados tecnológica e cientificamente há aquelas instituições universitárias que as

demais acompanham; coisa que acontece de maneira idêntica nos países menos privilegiados: neles também há universidades que ditam a moda acadêmica e dão o tom, em termos de pesquisa, ensino ou extensão.

Há uma questão ainda mais curiosa. Como as revistas acadêmicas mais famosas e de circulação internacional estão nos centros ricos, estas publicações estabelecem uma dada *linguagem* na qual devem expressar-se (internacionalmente) os que desejarem ver um trabalho seu publicado ali. Isto vai sutilmente puxando os acadêmicos dos países desprivilegiados para fora da sua realidade sócio-cultural em troca do reconhecimento internacional; quero dizer: a linguagem na qual muitos escrevem não é a que seria auxiliadora do seu meio social. À febre das instituições centrais de exportar modelos e pesquisas junta-se a sofreguidão das instituições periféricas em consumi-los. Daí, talvez, o *estetismo* ou o caráter mimético das universidades pobres; não se trata de mero deslumbramento sempre, mas, muitas vezes, de real falta de recursos para *produzir*.

Quando, de forma demasiado apresada, criticamos a tendência a uma cultura ornamental e retórica nos países despossuídos, ou quando comentamos em seus intelectuais um gosto mais por parecer do que por ser, que os expõe aos mais variados modismos alienígenas, nem sempre nos dedicamos a investigar o enorme processo que os faz viver em função dos padrões dos países que puderam resolver seus problemas sociais e político-econômicos, podendo estabelecer a si mesmos como *motivo* de suas preocupações científico-filosóficas. Assim, não basta apontar-se o traço estetizante ou mimético da vida cultural brasileira, que tem sido

um longuíssimo episódio de submissões.

As universidades devem ser lugares de investigação, documentação, criatividade e ensino. Tudo isto, porém, é movido por uma intencionalidade: investiga-se e documenta-se *para* dadas finalidades, cria-se *para* alguém e ensina-se a alguém. E, neste ponto, torna-se inevitável o questionamento quanto ao grau de aproximação e compromisso que cada instituição universitária mantém com a sociedade que a criou, a subsidia financeiramente e a acolhe. Noutras palavras, o questionamento quanto a se a universidade tem que *habitar* o seu universo ou se lhe basta situar-se geograficamente nele. Fique claro que não defendo a idéia de uma universidade misantrópica que, sendo cultora de algum tipo de xenofobia, acabe perdendo de vista o universalismo que deve caracterizar as atividades de pensamento e de investigação empírica. Neste final de século XX, para se dizer pouco, soaria bem ultrapassada a defesa de uma universidade de interesses puramente nacionalistas. Para se dizer pouco mesmo, porque o fechamento a um localismo redutor acabaria por ser a própria negação da proposta universitária.

De toda forma, cumpre a todas as instituições, e a cada uma das instituições universitárias, fazer fundamentar-se o seu cosmopolitismo exatamente no atendimento aos compromissos locais. É maravilhoso fazer-se pesquisa de ponta ou desenvolver-se “tecnologia fina”, mas isto desde que estejam contempladas as necessidades mais básicas da sócio-cultura na qual se planta qualquer universidade. Isto porque, opondo-se à expressão “tecnologia de ponta” a expressão “tecnologia de corpo” (esta última mais rudimen-

tar mas urgente a um povo), o que vemos acontecer com frequência é o investimento, com grande sacrifício, de sociedades pobres em projetos de pesquisa cujos resultados só vão poder ser aproveitados por povos industrialmente mais avançados, dando-se aí um dos mais lamentáveis desperdícios de verbas, justamente entre os que já as têm pouquíssimas. As instituições universitárias são, portanto, locais onde urge encontrar-se um sábio equilíbrio no qual contraponham de forma produtiva as necessidades particulares e as universais. Disto, aliás, tratei detalhadamente em um texto intitulado “O estetismo na universidade — algumas reflexões” (1989: pp.151-184), no qual procurei denunciar inclusive modos segundo os quais tanto o localismo quanto o universalismo podem ser usados como disfarces pelos processos de alienação que participam da dinâmica acadêmica.

Nos anos das décadas de 60 e 70, as universidades muitas vezes foram vistas como verdadeiras ameaças sociais, como lugares suspeitos de forte concentração de ativismos ideológicos. Elas ficaram famosas por serem desastrosamente agitadoras. Hoje as universidades intrigam por seu silêncio passivo, ausentes que se encontram há mais de uma década das manchetes dos periódicos. Vez ou outra, um jornal ou uma revista seleciona um grupo de docentes desencantados e parasitários, conseqüentemente desatentos dos seus deveres, para a elaboração de matérias levemente generalizadoras. Então, talvez seja a hora de corajosamente colocarmos a questão: as universidades perderam sua importância por uma carência de funções realmente necessárias? Em palavras mais diretas ainda: tornaram-se supérfluas?

Segundo percebo, o que ocorre é que a sócio-cultura como um todo tem passado por profundas transformações resultantes de deslocamentos axiológicos, de mudanças nas relações institucionais — coisas estas oriundas de formas novas de conceber o mundo e a vida neste final de século e de milênio. No entanto, as mudanças e readaptações que constatamos na realidade escolar — por extensão, na universitária — são demasiado superficiais, quando se têm dado. É um contra-senso recebermos, no início do século XX, um modelo de universidade como o de Von Humboldt, e estarmos a mantê-lo até hoje, mudando-lhe quando muito traços bem exteriores. Todas as crises, experiências e rupturas vividas pelo presente século exigem revisões institucionais profundas, que penetrem desde as estruturas de sustentação social até às formas atuais e peculiares de comportamento individual e grupal. É chegado um tempo no qual a tradição deve ser apreciada e preservada em seus aspectos frutíferos e positivos, mas também deve ser negada em suas contradições e aparatos preconceituais. Sobretudo é chegado, neste final de século, um momento no qual a universidade tem que se abrir às novas formas de expressão cultural resultantes dos sistemas vetoriais que dinamizaram nosso século. John Newman, o Cardeal, Von Humboldt, ou o conciliador Cardeal Mercier — todos estes deixaram-nos ensinamentos de extraordinária importância e os precisamos fazer valer. Mas é pouco lúcido imaginar-se que estes grandes homens, vivendo no século XIX ou nos albores do século XX, pudessem-nos legar uma concepção de universidade completamente válida para estes anos que precedem já ao século XXI.

As novas expressões culturais: universidade, pensamento e ciência

O analista superficial se deixa fascinar em demasia pela superfície. Mas quando falamos de negócios humanos, sobretudo em termos de sócio-cultura, abordamos uma realidade volumétrica. Se a superfície é o domínio do olhar puro e simples, o volume — conquanto convoque o olhar — é muito mais desafio à conjectura e exigência de reflexão. Em alto, largo e profundo, o volume é constituído pela trama do visível com o invisível: ambos reais.

Hoje são muito encontrados os estados de espírito marcados por fundo e sincero pessimismo. Vemos as imagens e lemos as notícias que nos chegam de todo o mundo e acabamos descrentes de que algo esteja de fato progredindo em nosso tempo. Mas raro é aquele que se dá conta de que os que *fazem notícia* são os nossos semelhantes de vida mais ruidosa: de um lado, os extraordinariamente criativos, generosos ou (o próprio vocábulo chama a atenção) brilhantes; de outro lado, os sociopatas, os criminosos psicopatas e os fascinados pela destrutividade. Ora, as notícias têm cores muitos vivas; e nos próprios livros em que estudamos História são destacadas as *grandes* civilizações. De minha parte, só vim a saber do apaixonante povo de Samoa graças à pena ao mesmo tempo científica e amorosa da antropóloga Margareth Mead.

Mas, como já se disse, nunca foi escrita a história dos povos sem história: seja em termos de civilizações menores, seja em termos de homens e mu-

lheres anônimos de ontem e de hoje. Há uma quantidade enorme de seres humanos que vivem, por assim dizer, pelas costas dos noticiários; um contingente estupendo de anônimos interessados na melhoria da vida e do mundo — gente íntegra, batalhadora mas silenciosa. Pessoas que nunca escreveram livros, nem artigos, que não governaram mais que a si mesmas e jamais estiveram em páginas de noticiários ou de História, mas que, no entanto, em sua modéstia foram os alicerces poderosos de sustentação do que há de bom na humanidade. Quando consideramos tudo isto, aí aproximamo-nos de avaliações menos superficiais e sentimentos profundas alterações no atual substrato do convívio humano. Eis uma das razões por que não sou pessimista, nem quanto ao geral dos destinos humanos, nem quanto às possibilidades das instituições universitárias.

O que vejo neste momento e me impressiona é a emergência de novas formas de expressão cultural, que chegam a uma universidade acomodada e despreparada para tratar habilmente com elas. O que chamo de “tratar habilmente” com as novas formas de expressão cultural não consiste em apenas submeter-se a universidade a elas, de forma acrítica; não consiste necessariamente em procurar *agradar* aos jovens de mentalidades distintas que vêm para o convívio do meio acadêmico. Consiste, isto sim, em abertamente procurar compreender as razões dessas novas formas culturais e, com o máximo de discernimento e respeito pelo aluno, auxiliá-lo a preservar suas qualidades criativas, generosas e libertárias, ajudá-lo na conquista de uma autonomia madura, mas também levá-lo a ver claro — no próprio espelho da convivência e da vivência — o que em seu modo de ser vai contra ele próprio

e contra o seu meio social em seus valores de cultivo da vida.

Com auxílio do professor Hervé Carrier (1984), vejamos algumas expressões culturais que são novas e pedem espaço nas universidades. Mais propriamente são *traços* que hoje marcam a juventude que chega ao meio universitário, segundo estudos sociológicos reconhecidos. Os principais são os seguintes:

- a) reafirmação do valor *afetividade*, com rejeição à impessoalidade dos sistemas urbano-industriais e revalorização enfática das relações comunitárias mais próximas;
- b) um amor pela natureza que, em sua manifestação positiva, põe-se na defesa do meio-ambiente e nos compromissos ecológicos de toda ordem, e que, em sua expressão dura e às vezes excessiva, traduz-se em crítica iconoclasta à ciência e à tecnologia;
- c) importante fascínio por experiências extra-sensoriais, redescobrimo valores não materialistas; uma busca de peculiar espiritualidade, às vezes distanciada de igrejas, outras mal traduzidas em experimentos com drogas — realidade abordada por Kolakowski, o filósofo, e Peter Berger, o sociólogo, nas respectivas obras intituladas “A revanche do sagrado na cultura profana” e *Um rumor de anjos*;
- d) afirmação da própria identidade ou do direito de serem (os jovens de agora) diferentes dos seus pais, com a exigência de que se os respeite em sua dignidade;
- e) esperança de justiça social e igualdade entre os homens, que se traduz em críticas às formas atuais de convívio de indivíduos, grupos e nações (*Ibid*, pp. 24-25).

Como se pode ver, o professor Carrier relaciona os traços mais belos das

novas expressões culturais. No que me concerne, acrescentaria um ou outro traço preocupante. Por exemplo:

- a) a dificuldade que parte dos ingressantes às universidades mostra de distinguir a crítica que se faz a uma dada racionalidade equivocada (como a do cientificismo), de uma crítica “descalibrada” à razão como tal. Isto dá como conseqüência o gosto por um voluntarismo indisciplinado e uma rejeição a *tudo que os convoque à auto-disciplina* racional;
- b) um certo *sentimento oceânico* com o qual não percebem as diferenciações da vida, vendo-a como algo no qual as práticas filosóficas, artísticas e mesmo teológicas constituem uma única prática. Dá-se uma perda do senso de adequação que sublinha posicionamentos e condutas equivocados;
- c) dificuldade de discernir entre ascendências morais e intelectuais que devem caracterizar os mestres que orientarão suas caminhadas, e ascendências de puro poder, puro autoritarismo ou mera burocracia.

Estes aspectos problemáticos que acrescento pedem abordagem serena mas corajosa da parte dos educadores. À universidade cabe conceder, sem ser demasiado concessiva; bem como cabe negar, sem se render a autoritarismos. A isto é que chamo lidar habilmente com as novas formas de expressão cultural: sem ignorá-las, mas tratando-as com critério.

Há algo que meus alunos trazem hoje para os bancos acadêmicos e que eu, quando entrei na universidade para estudar, não me lembro de ter trazido. Refiro-me à noção inquietante de que o saber hoje tem duração curta: sua obsolescência é um fato espantoso; o aluno aprende em cinco anos (e com isso é graduado e habilitado) no que,

talvez no ano seguinte, já esteja superado. Correm por fora as atividades de institutos de pesquisa extra-acadêmicos, dotados muitas vezes com verbas superiores às das universidades, o que precipita muito o ritmo da obsolescência do conhecimento. Como ainda podem, professores e alunos, depositar confiança no fazer universitário? Não estarão as universidades reduzidas à condição de agências autorizadas de diplomação?

Neste ponto torna-se necessário revisarmos a situação, de modo a que voltemos a ver com clareza qual o papel das universidades no atual contexto. De antemão afirmo que, do meu ponto de vista, as instituições acadêmicas têm hoje dos mais notáveis papéis de quantos historicamente já teve. Vejamos isto.

O professor Peter F. Drucker, administrador de empresas e importante pensador debruçado sobre a contemporaneidade, em capítulo intitulado “A sociedade pós-empresarial”, adverte que a grande revolução social do presente século manifesta-se nos setores mais avançados dos países, delineando o que Drucker chama a *knowledge society* com sua exigência de *knowledge worker*; isto é, as mais diversas formas de trabalho exigem *conhecimento*, de vez que passaram, de atividades físicas irrefletidas e brutas, a atividades intelectuais de maior ou menor sutileza (1989: pp.147-149). Mas o mesmo pensador escreve:

“Para a criança moderna, a televisão e o videocassete certamente oferecem tantas informações quanto a escola, e provavelmente mais. Mas é somente através da escola — através de um aprendizado organizado, sistemático e significativo — que essas *informações* podem ser convertidas em *conhecimento*, constituindo um

instrumento e um patrimônio intelectual do indivíduo” (*Ibid.*, p. 200).

Encerrando o seu livro *As novas realidades*, no qual Drucker faz um gigantesco balanço da evolução do século XX, o pensador coloca — ao contrário do que muitos educadores fariam — a educação como fator primacial para os delineamentos do século XXI, desde que devidamente revisada e redimensionada.

Percebe-se, então, que às universidades competirá organizar e sistematizar os fundamentos do conhecer, de modo a que as informações cheguem a futuros profissionais que tenham atingido ao menos a *fase conceitual* e, portanto, saibam prosseguir com desenvoltura sua evolução permanente. As condutas de pensamento, as metodologias de pesquisa, o senso crítico, as técnicas de documentação e a estruturação mais palpável das personalidades dos educandos: eis os papéis por excelência das universidades. Vê-se que a competência da universidade se volta agora, primacialmente, para a promoção de um ser humano capaz de “permanecer sendo” um profissional digno e respeitável. Para mim, isto é a depuração do papel da academia e a sua dinamização; e, na docência, quem a isto não se quiser ou puder adaptar, transformar-se-á em figura marginal. O intelectual empoeirado estará negando a História.

Vem, ainda mais, do século passado a voz firme e idônea do Cardeal John Newman. Este teórico da universidade, com seu verbo direto, sublinhou que as instituições acadêmicas tem como maior riqueza serem um *espaço de encontro e comunicação humana convivente*. Escreveu Newman:

“Eis, pois, o que podemos afirmar, se de qualquer modo as ações dos homens são prova de suas convicções — que o campo e o inestimável ser-

viço da *littera scripta* é o de ser o arquivo da verdade, uma autoridade a que se apelar, e um instrumento de ensino nas mãos de um professor; mas que, se queremos ser exatos e nos tornar plenamente equipados em qualquer ramo do conhecimento que seja variado e difícil, *temos que consultar o homem vivo e ouvir a sua viva voz*” (1951: pp.9-10).

E o filósofo prossegue, mais à frente, sua reflexão, escrevendo que:

“Os princípios gerais de qualquer matéria podem ser estudados em casa num livro; mas o pormenor, a cor, o tom, a vida que os fazem viver em nós, temos que captar tudo isto daqueles em que já estão vivendo (...) Doses podem ir daqui aos confins da Terra levadas por livros; mas a plenitude está num só lugar” (*Ibid.*: pp.10-11).

Segundo o Cardeal Newman, a celebração do conhecimento e da sabedoria dá-se no convívio sistemático; e que a autonomia mais segura ante o conhecimento permanece sendo aquela em cujos alicerces trabalham educadores experientes *junto* com o educando.

No que tange ao Brasil — e não só ao Brasil! — as universidades ainda não despertaram para a sua verdadeira natureza (ou proposta) e para as suas tarefas. Elas ainda permanecem como arquipélagos, nos quais os institutos e faculdades são ilhas às vezes mesquinhas: numa ilha acantooam-se os cientistas irados com os filósofos e os artistas; noutra fazem sede os filósofos tradicionalistas tartamudeando uma linguagem esotérica, descompreendendo os artistas e com despeito pela *performance* socialmente mais aplaudida dos cientistas; numa terceira ilha, os artistas — em sua maioria — erguem o trono de Dionísio, cultivam uma concepção orgiástica de arte e pouco que-

rem saber de pensamento e ciência. No entanto, toda essa gente poderia pôr-se em comunicação civilizada, do que certamente resultariam maravilhosas interfecundações.

Os “cachimbeiros de boca torta” é que preservam esse clima alienado. E as novas expressões culturais que chegam à universidade detestam o que ali encontram. Pena que, não muito tempo depois, podem estar pressionadas por “maiorias cognitivas” — entrando nesse jogo nefasto.

Hervé Carrier: “realismo econômico” e “realismo cultural” — administração de universidades

Desde meados da década de 70 para cá — e justo após o período de maiores “agitações” políticas no meio universitário — o mundo passou a viver as graves conseqüências da grande crise do petróleo, provocada pelos países produtores do Oriente Médio. Súbito, todo o mundo principiou a lidar com formas de recessão que perpassavam as realidades norte-americana, européia e principalmente terciomundista. Em toda parte os investimentos em qualidade de vida social se contraíam, com crises tributárias e prejuízo de programas vários — mormente os educacionais. A austeridade se impunha e, como costuma ocorrer, seu peso se fez maior sobre cultura e educação, maximamente em países sem grande tradição cultural. Também passou a ser alarmante o número de formados (graduados e licenciados) sem emprego, uma vez que o desemprego é sempre a ferida mais aberta das recessões.

“De que maneira as universidades reagiram a condições tão adversas?”, pergunta o professor Carrier. E responde:

“Como prioridade máxima os administradores e os corpos diretivos cercaram as despesas e reduziram cargos. Os programas foram revisados ou inclusive alguns foram deixados de lado; simplificaram-se os currículos; pôs-se limites à contratação de novos professores sempre que possível. Em muitos países puseram em vigor novas regulamentações com respeito a questões tão delicadas como a quantidade de estudantes por faculdade, o número mínimo de estudantes que se poderiam admitir em cada sala de aula e — como a mais delicada de todas as questões — o conteúdo dos programas de estudo. As universidades ou bem acataram estas disposições ou cerraram suas portas, como o fizeram muitas desde então” (1984: pp.14-15).

Carrier admite a inevitabilidade de atender-se, em muitos aspectos, às imposições da nova dificuldade econômico-financeira. Mas só admite o chamado *realismo econômico* até o ponto para além do qual se inicia a desvitalização essencial da vida universitária. Pondera:

“Como foi necessário conceder uma alta prioridade às considerações econômicas, os administradores, no geral, estiveram mais atentos à administração do que aos temas verdadeiramente universitários. Algumas universidades chegaram ao ponto de adotar uma espécie de enfoque comercial, e trataram de atender os gostos e os desejos de um público que clamava por programas orientados para determinadas carreiras, à custa da educação geral” (*Ibid*, p.15).

Isto é, o pragmatismo econômico acabava aceitando a minúscula visão das universidades como estritas escolas profissionais expedidoras dos mais vistosos diplomas.

Uma pesquisa feita em 586 faculdades autônomas e universidades dos Estados Unidos da América apresenta cinco frases (em seus percentuais de uso) que delineiam o perfil dos universitários norte-americanos do período em foco, através da fala cotidiana dos professores. São elas: a) "ser orientado para uma carreira" (48%); b) (estudantes) "preocupados consigo próprios" (73%); c) (estudantes) "preocupados com o êxito material" (63%); d) "bem preparados" (57%); e) (ser) "práticos" (55%) (cf. Carrier, 1984: p.16). Ora, se todas as universidades cedessem, de forma acrítica e sem resistências, a um tal pragmatismo conhecido por *realismo econômico*, já teríamos assistido à derrota total da educação de 3º grau. Felizmente, alguns visionários e idealistas cederam às pressões recessivas apenas até o limite da sobrevivência da vitalidade acadêmica. De certa forma, foi um bom momento para se conhecer e discernir grandes reitores de meros empresários. Como comenta Hervé Carrier:

"Um estilo de administração que se concentre nos problemas diários levará inevitavelmente a um estreitamento dos horizontes intelectuais em toda a comunidade universitária, o que significaria uma perda ainda maior da corrente central da cultura. Deixaria às universidades um papel marginal na sociedade. A perda de credibilidade poderia precipitar com rapidez o seu declínio" (*Ibid*, p.17).

Embora existam em problemático contexto econômico-financeiro e não possam ignorar isto levemente,

afirma Carrier, enfaticamente, que o problema da universidade é de caráter cultural. Defende, este professor, que o realismo econômico não pode, na universidade, sobrepujar o *realismo cultural*; isto no sentido de que, às novas expressões culturais, as instituições acadêmicas têm que se abrir no encalço de oferecer-lhes apreciáveis contribuições. Além do que, a questão da viabilidade financeira de determinados cursos não pode ser sobreposta à necessidade desses cursos no contexto de uma universidade séria, desde que os referidos cursos se demonstrem culturalmente necessários. Muitas vezes será inevitável o endividamento para que a instituição universitária não seja prostituída. Ainda é o professor Carrier que adverte:

"O realismo cultural deveria converter-se novamente no traço distintivo das comunidades universitárias, quer dizer, de todos os que se dedicam a aprender, ensinar, pesquisar ou administrar" (*Ibid*, p.19).

Afinal, há uma missão específica e de caráter único para a universidade. A despeito de todos os institutos industriais de pesquisa e de todos os meios de comunicação que podem com ela competir, só a universidade pode realizar, ao mesmo tempo, as tarefas tão delicadas de atender ao crescimento pessoal dos educandos e integrar a ciência na trama calorosamente humana da cultura. Nem todos os professores, infelizmente, assumem sua missão de educadores, bastando-lhes comunicar friamente dados e informações. Mas é aos educadores, àqueles voltados para o ser humano em sua vida individual e social, que cabe configurar universidades de verdadeiros préstimos ao meio.

O *realismo cultural* está naquilo que Carrier chama a "universidade invisí-

vel". Ele, de forma indireta, pode evidenciar-se no tratamento do espaço acadêmico, em obras de construção e outros sinais exteriores. Mas sua configuração maior situa-se num projeto de existência e trabalho que, sem abstrair as limitações econômico-financeiras, volta-se ao ideal do crescimento humano na sociedade. Em palavras definitivas: o que faz uma universidade não é só a abundância de recursos; esta é ideal, mas antes dela vem a definição de um projeto didático-pedagógico que possa ser partilhado por todas as unidades que compõem o corpo universitário em seu todo.

Vê-se aí que o realismo cultural não é apenas uma incumbência administrativa. Ele envolve todos os acadêmicos, destes exigindo sérias transformações de atitudes e — acima de tudo — a superação de certo infantil clima de disputa por espaços de poder que cria um mar de boicotes e questionamentos ridículos em quase todas as instâncias decisórias. O resultado disto é a congestão burocrática, que vai estourar sobre os trabalhadores aplicados e — o que é pior — no aluno.

Ora, na medida em que, como vimos, novas formas de expressão cultural chegam às universidades, o meio acadêmico tem que reunir vitalidade e lucidez para buscar estudá-las e compreendê-las, para que com elas possa trabalhar produtivamente. As dificuldades econômico-financeiras têm-se acirrado, e o realismo econômico precisa ter seu lugar, sim. Mas as universidades, se não assumirem a natureza cultural de sua problemática, esvaziar-se-ão de sua razão de ser. Como é evidente, isto exige ampla visão dos seus administradores, bem como, destes mesmos, uma especial criatividade administrativa. Se tal for impossível, as instituições acadêmicas se destinarão a ser melancólicas empresas pobres ou,

no dizer popular, "fábricas (de diplomas) sem chaminé".

O quadro brasileiro e as nossas perspectivas

Para um país que, até a década de 20 do presente século, não contava com universidade nenhuma, o Brasil apresenta hoje números importantes. Isto porque até o ano de 1987 já contávamos com 79 universidades (sendo, entre federais, estaduais e municipais, 50 públicas; e entre comunitárias — confessionais ou leigas — e empresariais, 29 particulares). Em termos de Instituições de Ensino Superior isoladas, contávamos (em 1987) com 768 (Tramontin & Braga, 1987: p.13).

Em pouco mais de 60 anos, algumas universidades — sobretudo do Sudeste e do Sul — ergueram seu prestígio no País e nas relações internacionais de ensino e pesquisa. Os intercâmbios com nações européias e norte-americanas propiciaram notáveis aperfeiçoamentos na qualificação docente dos nossos universitários, além do que, nossas universidades começaram a receber alunos de numerosos países centro e sul-americanos, asiáticos e africanos.

Evidentemente, aqui logo se instalou a relação entre centro e periferia estudada no início deste ensaio. Isto é: umas poucas universidades pesquisam e produzem efetivamente conhecimento (e são tidas, por isto, como *centrais* ou *modelares*), enquanto muitas outras, distanciadas dos centros culturais ou desprovidas de recursos materiais, absorvem ou o que vem do estrangeiro ou o que as primeiras nacionais produzem (tidas, essas segundas, por *periféricas* pelas razões vistas). Afinal,

seguidos governos federais têm arrecadado dezenas de impostos e recursos e, posteriormente, têm-nos distribuído com base em clientelismos e arranjos políticos, em franca promoção de desigualdades regionais cuja injustiça é escandalosa.

Apesar de tudo, excelentes centros de pesquisas acadêmicas têm sido implantados e consolidados em algumas universidades, sobretudo nos últimos 35 anos. Embora criticadas, nossas universidades promovem ou operacionalizam cerca de 80% das pesquisas nacionais, sendo que grandes indústrias procuram docentes de destaque quando da promoção de seminários, cursos e simpósios em seus vários departamentos — mormente os de Promoção de Recursos Humanos. Eis porque podemos e devemos exercer o direito social de críticas às universidades (o que é salutar para estas), mas seria claramente delirante desdenhar do papel das universidades na dinâmica da cultura brasileira.

Levando-se em conta que o último período de ditadura militar, com os acordos celebrados entre MEC e USAID na década de 60, esforçou-se para que nossas instituições acadêmicas fossem cópias dos piores modelos norte-americanos de universidade (deixando intencionalmente de parte os excelentes modelos que os Estados Unidos têm), vemos que nossas universidades são sobreviventes à melancólica Reforma de 1968, que trazia o clima pesado do Ato Institucional nº 5 em sua inspiração mais básica. O arbítrio levou o País a um processo de *desculturação*, prendendo e exilando — quando não matando — as figuras mais dinâmicas de nossa cultura à época; à *desculturação* seguiu-se inevitavelmente uma séria *despolitização*, e, a esta última, certo processo de *deseducação* — no sentido de degeneres-

cência da nossa realidade educacional. O que era triste, uma degenerescência programada e buscada para um país de tutelados. São dados que ninguém jamais apagará dos registros históricos; dados que devemos conhecer para nor-tear nosso futuro e, até mesmo, sermos mais gentis com a nação em nossos julgamentos. Todavia, precisamos deixar que o passado passe; não esquecendo-o, mas reunindo forças para sobreviver a ele e pôr em reflexão e linha de debate as perspectivas que se abrem hoje.

Para a perspectivação, é preciso tomarmos pé de nossa realidade cultural e histórica, no fito de que sejam evitados certos delírios que instituem ideais inatingíveis. Nosso quadro universitário é plural. Como disse, temos universidades federais, estaduais, municipais, comunitárias, confessionais e leigas e propriamente empresariais; ora, com fundamento na Declaração dos Direitos do Homem (o direito do ser humano à educação), grupos e setores da nossa sociedade têm levantado o standard de luta da gratuidade plena do ensino. É uma defesa legítima e socialmente generosa, mas há que questionar-se, sem abstração da situação de pobreza do nosso país, quanto à sua exequibilidade. Diz o adágio espanhol que, “muitas vezes, querer a perfeição não é querer nada de sério”. De fato, os ensinos pagos estão cada vez mais insuportavelmente caros e ficamos verdadeiramente condoídos com a situação dos estudantes que não logram entrada nas universidades públicas. Mas o fato que não podemos ignorar é que as instituições universitárias particulares ainda arcam com a formação de mais de 68% dos profissionais neste país. Tirante umas poucas IES isoladas e universidades com um péssimo

ensino, a contribuição sobretudo das comunitárias tem grande relevância.

Penso que as indústrias, que muito se beneficiam com o trabalho dos formados pelas universidades, deviam, mediante legislação específica, ser convocadas a colaborar com o custeio do preparo desses profissionais; como também entendo que, por uma primeira vez na história do Brasil, a educação devesse ser prioridade e ter nela investidas somas que subsidiassem de forma significativa o custo do estudo para aqueles que já vivem sobrecarregados com os pagamentos de impostos. Entendo mais ainda: que, à semelhança de várias universidades norte-americanas, nossas instituições acadêmicas desenvolvessem as tão faladas e nada buscadas fontes alternativas de custeio das suas atividades. Como referi, nos Estados Unidos há universidades que são parcialmente custeadas por cadeias de supermercados, de cooperativas, ou lojas de departamentos que possuem. Determinadas áreas (agricultura, medicina, advocacia, as engenharias, economia) poderiam manter redes de consultoria e projetística com seus trabalhos remunerados e os proventos investidos no custeio da universidade. Se se quiser trabalhar com empenho, muitas formas podem ser pensadas de subsidiamento do estudo, nas universidades pagas. Vejo que é bom que nosso quadro universitário seja plural; quem, olhando penetrantemente para a evolução cultural brasileira, poderá negar o notável contributo, por exemplo, das PUCs e das universidades protestantes? Ao que parece, temos é vivido grande crise de racionalismo administrativo.

Mas será só crise de racionalismo administrativo? Não. Vejo, guardadas algumas diferenças e variações entre as instituições, uma crise global de sen-

tido na presença social das universidades. Estas, no presente momento, cumprem precariamente seu papel e — em consequência — têm necessidade de repensar-se, num clima de boa vontade.

Distingo três eixos em torno dos quais devem girar os debates de um tal repensar-se. São eles os eixos: *antropológico, epistemológico e ético*. Antropologicamente, vejo que os meios acadêmicos têm que se desalojar dos seus velhos e cômodos hábitos, aceitando o desafio de flexibilizar-se no atendimento às novas expressões culturais de que temos falado; também, as universidades precisam subtrair-se aos pragmatismos empresariais e consumistas e voltar a interessar-se pela recuperação do sentido humano na sociedade científico-tecnológica de consumo; e, ainda em termos antropológicos, compete às universidades situarem-se numa região vivendo o seu contexto, em termos de intercâmbios e serviços. Trata-se de fazer o *discurso acadêmico* mais audível e inteligível para a sociedade, tirando da universidade a aura de um reduto de excêntricos inacessíveis.

Epistemologicamente, questões abrangentes devem ser vistas. O filósofo Alfred North Whitehead observa que, com a democratização dos livros, vendidos à vontade, e com as fundações e institutos não acadêmicos de pesquisa, o ensino e a pesquisa deixaram de ser exclusivamente universitários. Mais: que às universidades compete a discussão do *conhecer imaginoso e crítico* (1970: pp.101-105). Escreve Whitehead: “A imaginação não deve ficar separada dos fatos; é um meio de iluminá-los.” (...). “A universidade cabe soldar a imaginação à experiência” (*Ibid*, p.102). E o mesmo pensador arremata: “Ou a universidade é imagina-



tiva ou não é nada — pelo menos nada de útil” (*Ibid*, p.105). As interfecundações entre diferentes áreas de conhecimento precisam ter lugar, por cima dos orgulhos ou das inseguranças de muitos. O referido conhecer imaginoso e crítico parece ser o que mais pode satisfazer as contemporâneas expressões culturais da nossa juventude.

No aspecto ético creio localizarem-se os problemas mais delicados. Dos lamentáveis corporativismos, passando pelas fomes de poder, até uma permissividade que ultrapassa de muito qualquer liberalismo, multiplicam-se os “jogos” escusos que vêm marcando parte do cotidiano acadêmico. Sem concessões aos moralismos tacanhos, urge que o ambiente universitário retome um básico ideal moral. Há uma mora-

lidade básica sem a qual nenhuma instituição deixa de apodrecer (e nenhum indivíduo também). Cada um de nós tem uma tarefa nisto. Não serei pretensioso e impróprio apontando quais são tais tarefas, pois todos as conhecemos e a sociedade as espera de nós, universitários.

Palavras Conclusivas

Num seminário do qual participei em uma universidade do Sul do País, alguém levantou a possibilidade de que eu fosse demasiado idealista (ou sonhador). Na ocasião, observei ao colega: “Ponhamos *todas* as hipóteses: ou eu estou sendo sonhador demais ou a dimensão utópica do meu pensamento inquieta os mais acomodados. Talvez seja cínico reconhecer que as novas gerações necessitem de bons exemplos e nós, os ‘experientes’, eximimo-nos de dar esses exemplos”. Segui explicando, naquele plenário, que — por não acreditar em análises ideológicas — sempre procurei aproximar-me da realidade universitária fenomenologicamente (não em termos de método) e, observando-a atentamente, erigir pontos de vista com independência.

O espírito deste ensaio é o mesmo que expus naquele seminário. Sabendo que há muitas leituras possíveis da nossa circunstância, ofereço a minha leitura como contributo certamente singelo mas dotado de fé viva nessa instituição tão abalada pelas avalanches iconoclastas deste final de século: a universidade. Sejam estas páginas meros subsídios para que descubramos, pelos erros ou pelos acertos delas, um caminho luminoso para melhores dias.

Campinas, fevereiro de 1992.

Referências bibliográficas

- BERGER, Peter L. *Um Rumor de Anjos*. Petrópolis, Vozes, 1972.
- CARRIER, Hervé. *La Universidad y los Nuevos Desafios Culturales*. La Plata (Univers. Católica de la Plata), Fondo Editorial Universitario, Série Los Educadores, 1984.
- CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica — Ensaio Sobre o Homem*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
- DRUCKER, Peter F. *As Novas Realidades — no Governo e na Política, na Economia e nas Empresas, na Sociedade e na Visão do Mundo*. São Paulo, Pioneira, 1989.
- KOLAKOWSKI, Leszek., "A revanche do Sagrado na Cultura Profana". In: revista *Religião e Sociedade*, nº 1, maio de 1977.
- MORAIS, Regis de. *Cultura Brasileira e Educação*. Campinas, Papirus, 1989.
- NEWMAN, John Henry. *Natureza y Fin de la Educación Universitaria* (primeira parte de *Ideas de una Universidad*). Madrid, Ediciones y Publicaciones Españolas S. A. 1946.
- _____. *Origem e Progresso das Universidades*. São Paulo, edição do tradutor Pe. Roberto Sabóia de Medeiros, S. J., 1951.
- SPITZBERG JR., Irving (Org). *Universities and the International Distribution of Knowledge*. New York, Praeger/CES Educational and Professional, 1980.
- TRAMONTIN, R. e BRAGA, R. *As Universidades Comunitárias: Um Modelo Alternativo*. São Paulo, Edições Loyola/Leopoldianum Editora, IPEA, 1988.
- WHITEHEAD, Alfred N. *Os Fins da Educação e Outros Ensaios*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1969.

Resumo Este ensaio focaliza a situação e as perspectivas das universidades neste final de século. Contextualizando sócio-culturalmente as instituições universitárias — em termos gerais e de Brasil — estas páginas analisam as novas formas emergentes de expressões culturais, bem como estudam o confronto entre realismo econômico e realismo cultural nas administrações das universidades. Finalmente, abordam o quadro brasileiro atual e se voltam para as perspectivas de nossas universidades.

Palavras-chaves: Universidade; sócio-cultura; novas expressões culturais; administração universitária; universidade brasileira.

Abstract This essay focuses upon the situation and perspectives of the universities in the last decade of this century. Putting the university institutions into social-cultural context — in general and Brazilian terms — these pages analyze the new emerging forms of cultural expressions and study the confrontation between economic realism and cultural realism in the administration of universities. Finally, they discuss the Brazilian present situation and analyze the perspectives of our universities.

Descriptors: University; socioculture; new cultural expressions; university administration; Brazilian university.